

ANOTAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DE PORTUGAL SEGUNDO OLIVEIRA MARTINS

PAULO FRANCHETTI
Unicamp

Quando Oliveira Martins publicou em 1879 a sua **História de Portugal** e a **História da civilização ibérica**, abriu-se um fecundo filão do imaginário português contemporâneo. A partir desses livros, e dos que se lhe seguiram na pena de seu autor, ganha corpo uma espécie de "complexo nacional" frente ao qual (em apoio ou contraposição) se vai situar a nata da inteligência portuguesa subsequente -- Guerra Junqueiro, António Sérgio, Jaime Cortesão e Fernando Pessoa são apenas os nomes mais notáveis que tratarão de incorporar, combater ou transformar as principais teses e conclusões surgidas nesses trabalhos.

A **História de Portugal** é, na sua quase totalidade, um triste panorama da vida da nação. Trata-se de um livro cheio de cores, de ação e lances romanescos. Forma a sua espinha dorsal, mais do que a narração cuidadosa dos acontecimentos dispostos em ordem cronológica, uma série de quadros impressionantes, dramáticos, mais ou menos trágicos e relativamente completos em si mesmos. Da leitura, resulta uma impressão de que o fio condutor é a exposição de uma persistente e algo ambígua loucura coletiva, que acaba por dirigir o fluxo dos acontecimentos marcantes na história pátria; persistente, porque não é privativa de nenhuma das casas reinantes; e ambígua, porque ora parece bastante desprezível, ora puramente trágica, ora sublime.

A maior parte do livro gira à volta do estudo da decadência portuguesa. Tudo o que sobreveio a 1580 é apenas a narração de um longo estertor, em que se debate inutilmente um indivíduo condenado. E mesmo antes, desde D. Manuel, longos trechos dos capítulos trazem prefigurações da desgraça, de que Alcácer-Quibir é apenas o símbolo mais formidável. Assim se passa com a descrição da descoberta e conquista da Índia, em que o narrador atento vai desvendando aos leitores todos os crimes portugueses e todos os sinais da punição iminente. A título de

exemplo, vejamos como termina por tratar o naufrágio de nau de D. Paulo de Lima, em 1589.

Num primeiro momento, identifica na própria descrição do navio, os desmandos da empresa colonial, movida pela cobiça, que fizera decair lamentavelmente a arte náutica portuguesa:

p. 367: "A abundância da pimenta e uma economia mal entendida tinham exagerado as dimensões dos navios, ainda por cima agravadas pelo excesso das cargas. Era funesta uma cobiça, causa de tantas vítimas; mas o mal vinha de longe, desde o reinado de D. João III. Os navios, mal desenhados, de muito porão, e, por cima de tudo, abarrotados, não obedeciam ao leme, e eram ronceiros..."

Naufragada a nau, cujo desastre ocupa doze páginas de descrição impressionante, o símbolo se explicita:

p.373: "A viagem da Índia não terminou. O Império submergiu-se, mas os salvados foram arrastando ainda, pela arenosa costa, uma vida de miséria e perdição..."

E com a descrição da agonia dos poucos sobreviventes daquele desastre, narra-se a agonia da empresa das Índias e do próprio Portugal:

"Essa louca viagem, sem pilotos hábeis, terminava por um breve naufrágio; e os mares que, no século XV nós vencemos com tamanha audácia, vingavam-se, no XVI, do nosso atrevimento. Rasgáramos as nuvens do Mar Tenebroso; mas, para além dos seus confins, fomos perder-nos nos nevoeiros prognosticados pelos geógrafos árabes, no meio das trevas da nossa perversidade. A natureza ofendida punia-nos com a morte; e o destino implacável retribuía-nos todos os males com que tínhamos flagelado o próximo." (p.375)

Essa passagem nos permite, de imediato, identificar dois procedimentos básicos e recorrentes ao longo de toda a obra de Oliveira Martins.

Em primeiro lugar, o recurso muito notável de simbolizar em

acontecimentos particulares as grandes tendências ou transformações de um universo mais amplo, classista ou nacional. Todo o seu livro da **História de Portugal** é montado sobre esse procedimento. O terremoto de Lisboa é as reformas do Marquês de Pombal. Cabral e o Gama são a exploração material e pérfida da Índia. Albuquerque e D.João de Castro, a sua face genial e correta, embora inadaptada à realidade do tempo. E eis D.João VI, o símbolo de 200 anos de decadência praticamente ininterrupta, "representante quase póstumo de uma dinastia (...) de reis doídos ou ineptamente maus". Oliveira Martins cruelmente o representa assim, pelas ruas de Lisboa: "pesado, sujo, gorduroso, feio e obeso, com o olhar morto, a face calda e tostada, o beijo pendente, curvado sobre os joelhos inchados, baloiçado como um fardo entre as almofadas de veludo dos velhos coches dourados de D.João V, e seguido por um magro esquadrão de cavalaria".

Em segundo lugar, aquele trecho nos revela um enfoque muito interessante da questão da decadência na obra de Oliveira Martins: a idéia de que ela seja, entre outras coisas, a expiação de crimes anteriormente cometidos. Isso nos permite vislumbrar a componente arraigadamente religiosa, mística e providencialista, presente na sua concepção de história. E também nos permite perceber como estava certo Teixeira de Pascoaes ao alinhar Oliveira Martins entre os próceres do sebastianismo -- "enternecido intérprete de Nun'Alvares e D.Sebastião", diz ele --, porque apesar da explícita e feroz aversão à figura histórica de D.Sebastião, não há nada mais sebastianista do que essa história, em que o desastre de Alcácer-Quibir aparece como a punição (e **portanto também como o resgate**) de todos os pecados anteriormente praticados pelos portugueses.

É certo que coexiste em Oliveira Martins pelo menos mais uma interpretação da necessidade da decadência em Portugal, mas no mecanismo narrativo da **História**, a expiação é o que monopoliza a atenção do leitor.

A outra explicação, a que nos referimos, é a tônica do trabalho que com esse faz **pendant**, a **História da Civilização Ibérica**. Lá, encontramos várias passagens e explicações que procedem deste axioma:

"Calmos, passamos, porque é da natureza de todas as cousas vivas -- e uma sociedade é um organismo -- nascer, crescer e morrer".

O que aqui vem à tona é outra componente básica do procedimento narrativo de Oliveira Martins: a analogia organicista, que lhe proporciona muitas metáforas e um esquema argumentativo em que as fases da história de uma nação aparecem imediatamente identificadas às fases

identificadas no desenvolvimento de um indivíduo qualquer. No entanto, não se restringe esse organicismo às usuais metáforas de infância, adolescência, pujança e declínio das civilizações. Suas consequências são muito mais profundas, como logo teremos oportunidade de demonstrar.

Mas antes de investigar os desdobramentos que sofre a analogia organicista ao longo da obra de Oliveira Martins, devemos tentar fazer um breve esboço, em traços rápidos, da descrição de Portugal com que nos defrontamos na sua **História**.

Em primeiro lugar, Portugal, como organismo, era um espécime pertencente a uma classe muito especial. Logo no início de seu livro, quando expõe a geografia do país e a composição da população, o historiador nos demonstra que não havia unidade rática a justificar a separação de Portugal da Espanha, e que tampouco havia fronteiras geográficas que lhe garantissem a sobrevivência. De onde veio Portugal, portanto? Para responder a essa questão, Oliveira Martins opera uma distinção entre os seres políticos coletivos: de um lado, estão os que chama "nacionalidades"; de outro, os que chama "nações".

Num trabalho de 1891, **Carnões**, essa distinção é claramente apresentada:

Portugal foi construído, "do mesmo modo que os banidos criaram Roma: à força de vontade, indo de encontro às indicações nacionais. Em todas as civilizações se encontram paralelamente os dois tipos de agregação social, a que bem podemos denominar nacionalidade e nações: umas, existindo e desenvolvendo-se por força de circunstâncias naturais, como são a homogeneidade da raça, ou a conformação do território: outras, pelo contrário, elevando-se pela vontade enérgica dos príncipes, ou dos povos. Incontestavelmente, Portugal pertence à segunda espécie".

Quais foram esses príncipes, no entender de Oliveira Martins, e de que forma se realizou a "vontade enérgica" dos povos são os próximos pontos a determinar.

A tarefa não é difícil. Embora as bases da nação portuguesa se encontrem evidentemente na dinastia afonsina, há, segundo Oliveira Martins, grande fosso entre essa casa e a que se lhe seguiu. Os reis todos da dinastia afonsina são basicamente descritos como loucos, cruéis, primitivos, faltos de caráter e de inteligência. Nem mesmo D. Dinís lhe merece algum elogio maior do que "já não é analfabeto, e muito menos o valor de

ciência”, mas sua caracterização mais recorrente é apenas a de “avaro”, sem merecer maior atenção do que duas dúzias de linhas anódinas. Entendida como base primitiva da nacionalidade, a dinastia existe na **História de Portugal** basicamente por meio de dois símbolos, entre os quais se polariza a atenção de Oliveira Martins. De um lado, Afonso Henrique, homem “valente, medíocre, tenaz, brutal” e de “pérfido carácter” (p.105), um bandido, em suma; de outro, Pedro I -- louco, gago, furioso na aplicação de uma justiça passional.

Todos os outros reis são figuras pálidas, sem interesse nem expressão frente a esses dois, que, em suas próprias palavras, eram os “indivíduos típicos, os dois loucos -- um, frenético, brandindo o punhal mortífero; outro, carrancudo e fero, empunhando o látigo do algoz e a vara de juiz, ou risonho e folgazão, dançando e cantando nas ruas no meio da sua família, como um pai” (p.132).

Devido a essa forma de apresentar a história do período, centrando a narração nas duas figuras mais típicas e adequadas ao estilo, Afonso II fica sendo apenas “vulgar e obeso, avarento e incapaz” (p.146). Seu pai, D.Sancho I, “um homem tão irascível quanto crédulo”, que se fazia acompanhar de uma feiticeira em todas as decisões. D.Fernando, “uma infeliz criatura”, mulherengo, caçador, indolente e três vezes covarde. Dos outros, ficam apenas alguns traços que carregam na mediocridade dos caracteres.

Para Oliveira Martins era bem claro o momento em que se formava a consciência nacional: a Revolução de 1383. Na **História e no Camões**, a revolução equivale a uma metamorfose:

(**Camões**, 1891): “Na crise de 1383 Portugal aparece outro. Fundidos e assimilados, os elementos constitutivos da nação tinham adquirido já o poder de organização bastante para ganhar uma consciência; e é por isso que o movimento fundador da segunda dinastia se nos apresenta como um acto popular ou colectivo, uma expressão positiva da vontade nacional, enquanto as agitações anteriores não passavam de actos pessoais ou de classe, revoltas de indivíduos [...] Vontade e pensamento que enfeixasse todas as forças e todas as vibrações do povo, de um modo sumário e sintético, não havia, antes de 1383, senão nos actos dos príncipes que obedeciam aos impulsos da própria ambição. Inconsciente, essa ambição continha o pensamento nacional que, desabrochando no fim do século XIV, daria alma, vontade e força a um povo inteiro para vencer em Aljubarrota, repelindo o domínio de Castela.”

Percebe-se aqui, portanto, que a era de Avis tem como distintivo a identidade entre a vontade do príncipe e a vontade dos povos, pelo que se vai contrapor tanto à época dos reis de Borgonha, quanto à posterior, bragantina.

Inaugurado sem uma base rática ou geográfica, Portugal vai afirmar e realizar agora, com a dinastia de Avis, a sua índole característica, expressão da vontade enérgica que lhe vai permitir afirmar-se como nação independente: a vocação marítima. É no desenvolvimento da vida marítima, ou melhor, na transformação de Portugal de país agrário em país dedicado ao comércio por mar que Oliveira Martins vai radicar a própria sobrevivência da nação portuguesa, garantida pela Revolução de 1383:

“Portugal foi Lisboa, e sem Lisboa não teria resistido à força absorvente do movimento de unificação do corpo peninsular”, diz ele na sua História (p.45).

Formado assim para o mar, Portugal duraria enquanto durasse o desígnio que o formou: a exploração e o domínio do oceano, que se atualizariam nos séculos seguintes com a descoberta das terras a Oriente e Ocidente.

É um curto período, esse da pujança da nação. Do ponto de vista de Oliveira Martins não vai além do reinado de D.João II, Já no tempo de D.Manuel, a tônica é a decadência. Tanto é assim que o livro V enfeixa sob o título de “A Catástrofe” os reinados de D.Manuel, D.João III e D.Sebastião. Na verdade, os três encarnam a famosa tríade da decadência portuguesa, conforme fora descrita por Antero: D.Manuel é o desfecho da aventura marítima, com a exploração criminosa da Índia; D.João III é o catolicismo tridentino, jesuítico e inquisitorial; e D.Sebastião é a loucura completa tornada realidade em função do regime político absolutista e do fanatismo religiosos que o embasaria.

Para Oliveira Martins, com a catástrofe de Africa acaba Portugal -- isto é, acaba aquela primeira nação, no sentido que essa palavra tinha em seu pensamento. Portugal passa a ser, quando muito, uma nacionalidade. A Restauração de 1640 produzirá um outro ser político, sobre o mesmo território e com o mesmo nome e língua. É o que lemos na Introdução à História (p.34), quando o Portugal restaurado é comparado à Bélgica, fruto artificial das necessidades do equilíbrio europeu, e reduzido às proporções de um protetorado inglês engravado na Europa, cujos feitos serão os reis da dinastia de Bragança.

Uma das mais fortes influências de Oliveira Martins se exerceu justamente nessa assimilação da história de Portugal -- nascimento, crescimento e morte -- à história da dinastia de Avis, relegando para o domínio da farsa insubstancial a narração dos sucessos da época bragantina. Essa dicotomia se atualiza, posteriormente, nos dois poemas nacionais mais notáveis da moderna literatura portuguesa: **A Pátria**, de Junqueiro; e **Mensagem**, de Pessoa.

A ojeriza pela casa de Bragança foi muito facilmente assimilada, pois se confundiu amiúde ao movimento de propaganda republicana, e mesmo o serviu. E o prestígio da **História** de Oliveira Martins -- tão acen-tuadamente parcial nesse particular -- só tendeu a aumentar na proporção em que aumentavam as pressões para a mudança do regime político. A leitura do livro de Junqueiro é o testemunho mais eloquente de como a parte final da **História** -- de que o poema é uma glosa em verso -- servia ao combate político do tempo.

Num ensaio muito conhecido ("Oliveira Martins -- impressões sobre o significado político de sua obra") Antônio Sérgio tentou justamente estudar a obra de Oliveira Martins do ponto de vista de seu sentido político imediato. O texto é interessante, e certamente vale a pena de ser aqui referido.

Antônio Sérgio se dedica ao estudo da obra de Oliveira Martins da forma que lhe é habitual: descobre uma cisão básica na personalidade do seu objeto, valoriza uma delas e quase desqualifica a outra. Digo habitual, porque é o mesmo esquema dos estudos sobre Antero Quental e sobre o Padre Vieira. Nesse caso, a operação produz um Oliveira Martins republicano e antimonarquista -- o da **História**, basicamente --, a que se contrapõe um outro, "que quis exaltar e preparar a Ditadura esclarecida, a Razão de Estado, a intervenção do Rei, o Cesarismo pseudo-socialista." Como no caso de Antero, Sérgio descarta tanto uma leitura que tente integrar as duas partes, quanto uma que as veja como momentos sucessivos:

"Diremos pois que evoluiu? Talvez; mas muito cedo; e aqueles dois aspectos da sua obra não são duas fases de um desenvolvimento: são duas faces de uma mesma alma [essencialmente mórbida e contraditória]"

Não é só uma, no entanto, a cisão dicotômica na obra de Oliveira Martins. A mais profunda se dá, para Sérgio, entre o escritor Oliveira e o historiador Martins. Segundo o ensaísta, em primeiro lugar, nessa obra está o processo poético, ou de simbolismo, que consiste em tomar acontecimentos e indivíduos tipos, descrevê-los com a máxima intensidade e, as-

sim, dar o sentimento do genérico, do total. Em segundo plano, o rigor analítico. Como nem sempre a personagem mais adequada ao estilo (isto é, a mais dramática) é a mais típica ou a mais importante -- argumenta Sérgio -- a obra histórica fica prejudicada. Como exemplo, afirma que, na **História de Portugal**, o panorama da época da conquista é bem mais correto que o demais, porque o típico e o dramático aí se casam mais freqüentemente. Já nas épocas de administração, o escritor claudicaria. O exemplo citado por Sérgio é o obscurecimento do reinado de D.Dinis. Como esse não proporcionasse boas cenas dramáticas, Oliveira Martins teria escolhido como símbolo da época D.Pedro, o Cru.

O ensaio de Sérgio, não obstante o interesse que sempre tem, não parece dar completa conta do problema que se propôs resolver, que é, no final das contas, mapear a concepção martiniana da história portuguesa e entender a aparente contradição entre o crítico da Casa de Bragança e o adepto do cesarismo esclarecido.

A maior distância, talvez possamos hoje mostrar de que raízes comuns brotam ambas as faces que António Sérgio descreveu e quis congelar em uma contradição que, além de mórbida, desmerece bastante a amplitude e a complexidade da obra de Oliveira Martins.

Nosso trabalho, que tem aquele mesmo objetivo será, entretanto, do ponto de vista do desenvolvimento, o contrário do empreendido por António Sérgio. Tentaremos, num primeiro momento, reproduzir o mais fielmente possível as postulações de Oliveira Martins sobre a história de Portugal -- desse Portugal-nação, que emergiu em 1383 e foi sepultado em Alcácer-Quibir -- visando a identificar de que forma, em sua obra, se constitui esse ser: qual a sua especificidade; e de que modo, para ele, se criara e atualizara a vontade nacional que projetou o país na história do continente europeu.

Num segundo momento, tentaremos identificar qual a concepção de história e de historiografia que subjaz aos textos que formos comentando.

Começemos pela questão da especificidade de Portugal no panorama europeu. É no livro sobre Camões que essa questão aparece melhor delineada. Para Oliveira Martins, Portugal, por ser uma nação, e não uma nacionalidade, permitira o desenvolvimento de um sentimento coletivo muito particular. Vejamos:

"São exactamente, em geral, as nações pequenas, construídas como Portugal em hostilidade com as condições naturais de formação e expansão política, aquelas que mais aceso mostram o patriotismo, nervo íntimo da sua

existência e penhor da sua duração. À irmandade nascida de um sangue comum, ou de interesses idênticos determinados pela geografia, substituem tais povos a irmandade fundada no sentimento quase religioso de amor por uma abstração, síntese das vontades comuns que os romanos denominaram Pátria.” (Camões, p.302)

O afeto da pátria é oposto, no pensamento de Oliveira Martins ao sentimento da terra. A pátria, diz, é “uma abstração moral, adorada com a piedade que nos inspiram os deuses”, e não se confunde jamais com a terra, que “é um fato natural, amado com a paixão que nos inspiram as criaturas.” (306)

Esse sentimento de Pátria, embora possa surgir nas nacionalidades, é congênito nas nações, é a sua condição de existência. Nas suas próprias palavras:

“esse sentimento cuja definição pode dar-se numa nacionalidade, não é todavia constitucional da existência dela, como o é das nações que só vivem por um acto de fé e de vontade”.

E eis como nos descreve a sua realização em Portugal, na figura de Camões:

“Tal é a pátria ideal de Camões, que se distingue da outra como uma flor se distingue de um astro. (...) E essa pátria existe debaixo de todos os meridianos, em todas as latitudes e partes do mundo, tanto na Europa, como na África e na Ásia, como na América e nos confins remotos do mundo perdido para além das Molucas. Essa pátria está onde estiver um peito português: está em terra e está nos mares flutuante à sombra da bandeira das quinas, dentro das naus que de asas abertas a levam de um extremo a outro do mundo.”

Ora, desse sentimento patriótico advém algumas consequências notáveis para a nação portuguesa, segundo Oliveira Martins. Do ponto de vista que nos interessa, a mais importante é o desenvolvimento de uma postura universalista e cosmopolita frente ao mundo:

“Na era gloriosa que se abre a Portugal com a dinastia

de Avis, idade da nossa grandeza, período áureo da nossa força e glória, não há pátria mais aberta, nem sociedade mais cosmopolita do que esta." (Camões, p.304)

Esse cosmopolitismo seria a tônica da vida da nação, e suas atualizações caracterizariam a dinastia de Avis, desde a introdução das maneiras cavaleirescas inglesas na corte de D.Filipa, até o reinado de D. João III, que, apesar de ser homem de inteligência acanhada, teria seguido o impulso nacional ao convocar educadores de todo o mundo para constituir a nova Universidade.

E é essa postura cosmopolita -- definidora da nacionalidade no momento de sua glória -- que Portugal perderá para sempre em 1580. Sem ela, a Casa de Bragança exibirá, nas páginas da **História de Portugal**, apenas aquela melancólica seqüência de reinados mesquinhos, provincianos, destituídos de ideal universalista e de sentimento patriótico.

Busquemos agora, no pensamento de Oliveira Martins, a forma de constituição e expressão da vontade coletiva que, em Portugal, formou a nação de Avis.

Na **História da Civilização Ibérica**, Oliveira Martins escrevera:

p.234: "As nações são, com efeito, seres coletivos, e os seu desenvolvimento é em tudo análogo ao dos seres individuais. A biologia, ou a ciência da vida, abraça também a história dos povos. Os órgãos do corpo social apresentam-se, primeiro, como esboços rudimentares: e o conjunto possui apenas o caráter de agregação. À medida que a ação e reação dos diversos elementos obriga cada um deles a definir-se e a especializar-se, vai aparecendo o princípio de coordenação comum, espécie de princípio vital social [...]"

Como se vê, trata-se da já referida concepção organicista da sociedade e da vida nacional. Pouco adiante, a analogia é mais desenvolvida:

"Logo, porém, e à maneira como se desenvolve e tende a atingir a perfeição típica, a sociedade gera em si um pensamento que é ao mesmo tempo o norte que dirige e a molã interior que move o ser orgânico no seu desenvolvimento e afirmação (...)"

Ora, esse pensamento, ou alma da nação tem, como já vimos, atualização específica nos indivíduos heróicos, que se constituem na forma inteligível pela qual a alma nacional pode atuar sobre o corpo que a originou:

p.235: "Quando as nações, depois de uma lenta e longa elaboração, atingem esse momento culminante em que todas as forças do organismo coletivo se acham equilibradas e todos os homens compenetrados por um pensamento, a que se pode e deve chamar alma nacional -- porque o mesmo caráter tem nos indivíduos aquilo a que chamamos alma -- é então que se dá um fenômeno a que também chamaremos síntese da energia coletiva. A nação aparece como um ser não apenas mecânico, quais são as primeiras agregações; não somente biológico, como nas é -- pocas de mais complexa e adiantada organização, mas sim humano -- isto é, além de vivo, animado por uma idéia. Nestes momentos sublimes em que a árvore nacional rebenta em frutos, o gênio coletivo já definido nas consciências, realiza esse mistério que as religiões simbolizaram na encarnação dos deuses. Encarna, desce ao seio dos indivíduos privilegiados; e dessa forma, adquirindo o que quer que é de forte que só no coração dos homens existe, atua de um modo decisivo e heróico."

Tocamos, agora, a concepção básica da história e da função do historiador, segundo Oliveira Martins:

"Todas as grandes épocas das nações se afirmam por uma plêiade de grandes homens em cujos atos e pensamento o historiador encontra sempre o sistema das idéias nacionais, anteriormente elaboradas de um modo coletivo, atualmente expressas de um modo individual. O herói vale pela soma de espírito nacional ou coletivo que encarnou nele: e num dado momento os heróis consubstanciam a totalidade desse espírito. [...]"

A idéia é bem clara: os heróis da **História de Portugal** não têm apenas o estatuto de recurso dramático -- não se trata tampouco de uma narração que se apóia nos heróis como concessões ao didático ou ao

exemplar. Como podemos ver, a forma de exposição da *História de Portugal*, tal como a descrevemos no início deste texto corresponde a uma concepção muito bem delineada de qual seja a forma de manifestação visível da vontade dos povos. **A evidenciação das personagens principais, dos heróis, é, mais do que um vezo estilístico, um dos pressupostos da inteligibilidade da história.** No entender de Oliveira Martins, se é verdade que para conhecer a história de uma nação é preciso acompanhar a história das instituições e classes, a história anônima, é também verdade que apenas no "sistema dessas manifestações individuais poderemos encontrar o fio histórico. Tudo era anônimo: tudo agora é pessoal; e na tragédia histórica, preludiada por coros numerosos, ouvem-se já as vozes das personagens." (p.236)

O papel das individualidades heróicas, para ser ainda melhor compreendido, precisa ser projetado contra o pano de fundo de uma outra questão de princípio na concepção de história de Oliveira Martins. Essa questão é a de que lugar tem o imprevisto, o fortuito na ordem e determinação dos acontecimentos históricos. O que vai implicar, logicamente, uma discussão sobre a possibilidade de previsão dos rumos futuros de uma dada sociedade. Uma discussão, portanto, em última instância, acerca do caráter da historiografia, enquanto ciência.

Para Oliveira Martins, não há dúvida de que a História seja uma disciplina científica, como a Biologia ou a Química. Sucede que, por ser uma ciência de categoria superior, o seu campo de trabalho recobre fenômenos que pertencem a múltiplas e variadas "séries" de desenvolvimentos. Daí que a previsibilidade -- que se apóia na distinção entre o que é acidental e o que é necessário ao longo de um determinado processo -- seja menor na ciência histórica do que nas ciências inferiores. Nas suas palavras:

"...o fortuito (...) cresce em razão direta da categoria ou complexidade das ciências, e é por isso maior na história do que na biologia, na biologia do que na física. [...]" (Introdução a *O helenismo e a civilização cristã*, repr. in: *Temas e Questões*, pp.26-27)

Logo a seguir, para exemplificar como a interferência das séries dificulta a previsão histórica, escreve:

"O inverno excepcionalmente frio, que gelou o exército de Napoleão na Rússia, sem ser um milagre, é, porém, um caso fortuito que veio impor uma marcha diferente daquela que as previsões da ciência histórica e militar tí-

nam o direito de prescrever. [...] Nem só o encontro inoportuno ou intempestivo de duas séries independentes se deve considerar fortuito, porque a espécie da influência que esse encontro exerce sobre a marcha normal das leis naturais não tem virtude para lhe alterar a natureza de incidente. Os acontecimentos fortuitos tanto podem embaraçar como auxiliar a história normal; e se o frio de 1813, destruindo o exército de Napoleão é um caso fortuito, igualmente fortuito seria um inverno excepcionalmente temperado que o levasse a S. Petersburgo mais fácil e rapidamente do que fosse lícito espetar da marcha ordinária de tais empresas. [...] Os casos fortuitos são na história infinitamente mais numerosos do que em qualquer outra ciência, porque o número de séries que independentemente se desenvolvem dentro do seu domínio (e por isso seus encontros, cuja repetição é progressiva e não proporcional), além de conter o das que se dão dentro das ciências inferiores, contém o das que se dão próprias das raças, das sociedades e dos indivíduos como seres morais e naturais."

A expressão "história normal" se explica pela suposição de que em todos os tempos e lugares haja um vetor normal de desenvolvimento da história, cuja direção, em linhas gerais, se poderia prever com base em determinações objetivas, tais como a determinação geográfica e rásica do grupo social, o estágio evolutivo de sua economia, seu poderio bélico etc.

Dado o caráter científico da história, é possível, portanto, descobrir qual seja esse vetor ideal, frente ao qual se situarão os acontecimentos considerados fortuitos. Também os heróis se definem em relação a esse vetor ideal, mas, mais uma vez, são eles o princípio de inteligência da história, pois é do seu destino que se podem deduzir as forças reais em ação em uma dada sociedade.

Do ponto de vista de Oliveira Martins, no que diz respeito ao papel do indivíduo na história, são insatisfatórias as duas concepções que julga correntes em seu tempo: não aceita nem a idéia de que os indivíduos sejam "espontânea e natural emanação das condições da sua época, porque amiúde encontramos exemplos do contrário"; "nem tampouco (...) a teoria oposta que vê nos grandes homens individualidades inteiramente livres e independentes que atuam subjetivamente na sociedade."

Em sua concepção, as personagens históricas mais importantes

se classificam e tem caráter diferente, como dissemos, conforme se colocam a favor ou de algum modo contra a corrente do tempo. Os que se colocam a favor e resumem as tendências da época -- os conquistadores e os grandes estadistas -- ficam sendo símbolos do momento porque são intérpretes -- conscientes ou não -- da história. Os exemplos mais típicos dessa categoria seriam César e Filipe. Por outro lado, há personagens que têm outro estatuto: os inovadores e revolucionários, que são marcados pela predominância do "espírito subjetivo" e pela luta -- nesse caso, haveria um choque entre a série em que esse tipo se envolve e a série que domina a sociedade naquele momento. O exemplo que nos fornece desse segundo tipo é o romano Graco.

A individualidade de uma personagem do primeiro tipo, nos diz Martins, 'é, sob o ponto de vista das leis da história, uma individualidade, se é lícito dizer assim, colectiva; porque a sua acção não altera nem desvia o caminho necessário da história, e a esfera do fortuito circunscreve-se à maior ou menor rapidez com que o movimento se efetua, e às condições especiais que o caracterizam e acompanham." Esses heróis são "propriamente símbolos: e por isso tantas vezes a erudição tem descoberto o pequeno valor pessoal daqueles a quem as circunstâncias tornaram para o povo a encarnação do seu pensamento, e o instrumento inconsciente das leis históricas."

Já a individualidade do segundo tipo é sempre muito rica, tem "altos merecimentos individuais; e é natural que seja assim, uma vez que só uma energia excepcional de pensamento subjectivo é capaz de arrostar de frente contra o majestoso sistema do organismo social."

Desse quadro em que se destacam, por um lado, a multiplicidade das séries implicadas no objetivo da história e, por outro, a necessidade de entender a que tendências pessoais ou coletivas correspondem os heróis, resulta uma postulação de grande importância para o método de Oliveira Martins: a de que ao historiador não bastam os procedimentos normais das ciências, a saber, e nas suas palavras, "a observação e o sistema classificador" -- do mesmo modo, nos diz, "à sua linguagem [do historiador] não bastam a precisão e a clareza; é mister sentir e adivinhar, e pôr no estilo a vida e calor próprios das causas morais e animadas. " Mais do que um observador isento ou um narrador imparcial, portanto, o historiador é um escritor inspirado, que busca transmitir ao seu leitor uma interpretação em certa medida pessoal do seu objeto.

O mínimo que se pode dizer de Oliveira Martins é que ele foi absolutamente coerente com esse ideário. A interpretação de António Sérgio não parece subsistir. Pelo contrário, é muito provável que o próprio Oliveira Martins se considerasse um herói em potencial, capaz de colocar a

sua inteligência e enorme capacidade de trabalho a serviço de Portugal, vindo a se transformar em uma espécie de novo Marquês de Pombal. Pelo menos, há muitos elementos a apontar nessa direção, o mais importante dos quais é, certamente, o fato de ele ter aceito participar do ministério de José Dias [4 meses, 1893]. Mas o homem que se dedicou a vida toda à preparação de uma ação política capaz de regenerar a nação, acabou traído pelas circunstâncias sem que o seu, ao que dizem, primorosíssimo "Projeto de fomento rural" nem mesmo fosse votado no Parlamento. O próprio António Sérgio percebeu claramente essa inclinação e esse potencial em Oliveira Martins, e escreveu:

"Se lhe dessem tempo (...) e se lhe não faltassem dotes práticos e auxiliares competentes para a execução, o seu plano colocá-lo-ia, como estadista, nos primeiros lugares entre os mais beneméritos desde Castelo Melhor até agora, só lhe ficando em plano superior o grande Mouzinho da Silveira."

Aos seus próprios olhos, provavelmente Oliveira Martins e seus amigos do grupo dos "Vencidos da Vida" seriam heróis daquele segundo tipo, dos que se erguem como individualidades em franca dissonância com a corrente do tempo.

Não há tampouco contradição entre ser partidário da intervenção autoritária do rei e crítico da monarquia portuguesa, tal como esta última existira desde a Restauração. Não parece que, em momento algum, Oliveira Martins fosse partidário absolutamente convicto do regime republicano. Na verdade, o problema nem sequer parece fundamental no quadro da sua reflexão. Fundamental era, isso sim, que Portugal voltasse a ser uma nação animada por um projeto vivo, como fora no tempo dos primeiros reis de Avis.

Fracassada a tentativa de ser ele mesmo um dos agentes políticos de uma nova metamorfose portuguesa, Oliveira Martins dedica o tempo que lhe resta à conclusão do trabalho que iniciara com a **História de Portugal**: são as monografias dedicadas às grandes figuras da história pátria de que, antes de sua aventura política, já saíra **Os filhos de D. João I** (1891).

No Prefácio a **A vida de Nun'Álvares**, de 1893, Oliveira Martins apresenta da seguinte maneira o plano das obras futuras que não chegou a realizar. Sua **História de Portugal** fora uma espécie de quadro mural onde "a tragédia portuguesa se desenrola". **Os filhos de D. João I** e agora **Nun'Álvares** são obras de escopo diverso: são estudos críticos que preten-

dem dar conta pormenorizada dos assuntos escolhidos. Com esses dois, afirmava deixar estudados a fundação e os primeiros passos da história da dinastia de Avis. Era seu desejo, se tivesse saúde e tempo para tanto, concluir toda a história de Avis, até 1580. Como sempre, acredita ainda que as gerações “sucedem-se [...] trazendo cada uma delas o nome de um herói que as individualiza”, daí que acredite que a melhor forma de dar conta da tarefa é centralizar o estudo na biografia de alguns homens. Assim, quanto à primeira geração: a vida de Nuno Álvares, o Messias da pátria portuguesa. Na segunda geração, a vida dos filhos do Mestre de Avis. Emblema da terceira geração era a “figura trágica de D. João II, em que renasce o gênio do infante D. Henrique, e os pensamentos vagos de seu irmão, D. Pedro, se formulam de modo prático, ou político, para fundarem o imperialismo idealista”. Até aqui, chegou Oliveira Martins. Ficaram apenas idealizados os volumes que dariam conta do final do período: um penúltimo, onde estariam compreendidos os reinados de D. Manuel I e D. João III, mas que seria dedicado a Afonso de Albuquerque e o Império da Ásia, -- “Alexandre ressucitou. Alexandre chamou-se portuguesamente Albuquerque”, diz ele; e final e logicamente, um trabalho dedicado a D. Sebastião, “em quem renasciam, anacronicamente, os ideais do misticismo heróico de outras eras: D. Sebastião, que foi um Nun’Álvares póstumo, encerra a galeria dos homens típicos e completa o quadro de estudos que tracei.”

Os filhos de D. João I, A Vida de Nun’Alvares e O Príncipe Perfeito, onde o método de Oliveira Martins é elevado à perfeição, podem ser vistos -- sem prejuízo do interesse historiográfico -- como longos e brilhantes romances apoiados em milhares (literalmente milhares) de notas de erudição.

Eça de Queirós, que se queixava de reconhecer no Andeiro traços muito acentuados de um inimigo contemporâneo do ex-ministro e de haver muitas “minudências do detalhe plástico” nesses últimos textos, era justo quanto ao impacto que eles tiveram sobre os contemporâneos. Após confessar em carta que o Nun’Alvares lhe arrancara mesmo uma pequena lágrima de incontida emoção, escreve o autor de *A ilustre casa de Ramires* (1897):

“A mim mesmo me dou por exemplo: porque têm sido os Filhos de D. João I, e agora o Nun’Alvares que têm feito patriota. Tu reconstróis a Pátria, e ressucitas, com esses livros, o sentimento esquecido da Pátria. E não é pequeno feito reaportuguesar Portugal. Pagas de resto a dívida, que nunca fora paga, àqueles que fizeram Portugal. Outros estão no limbo obscuro, pedindo igualmente o

seu salário. Pensa neles.”

(Carta datada de 26 de abril de 1894, a OM)

Um trabalho interessante, ao que saiba ainda por fazer, é a identificação dos reflexos dessa concepção de história presente na obra de Oliveira Martins, depois de ela mesma se ter transformado em história portuguesa. O ponto de chegada dessa nova viagem poderia ser, por exemplo, a *Mensagem* de Fernando Pessoa, onde os três livros finais de Oliveira Martins desempenham um papel que até agora foi apenas minimamente destacado.

Edições utilizadas na indicação de páginas:

História de Portugal. Lisboa, Guimarães & Cia Editores, 1951 (2 vols.).

História da civilização ibérica. Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 1909.

Camões — Os Lusíadas e a Renascença em Portugal. Lisboa, Guimarães & Cia Editores, 1952.

Temas e questões — antologia de textos. Lisboa, IN/CM, 1981.